

**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Percurso Acadêmico dos Alunos

Exercício 2024

Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
Auditoria Interna (Audin)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Unidade Auditada: **Pró-Reitoria de Ensino**

Município/UF: **Florianópolis/SC**

Relatório de Avaliação: **1566829**

Missão

Adicionar valor e melhorar as operações do IFSC, auxiliando-o a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos, em benefício da sociedade.

Avaliação

O trabalho de avaliação, como parte da atividade de auditoria interna, consiste na obtenção e na análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria. Objetiva também avaliar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos relativos ao objeto e à Unidade Auditada, e contribuir para o seu aprimoramento.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDIN?

Foi realizada ação de auditoria para avaliação dos controles relacionados ao acompanhamento do percurso acadêmico dos alunos do IFSC.

O objetivo principal da auditoria foi avaliar os controles relacionados a permanência e êxito dos alunos e identificar os aspectos que necessitam ser aperfeiçoados.

A abordagem adotada pela Audin objetivou responder, dentre outras questões secundárias, as seguintes questões de Auditoria:

Existem objetivos, indicadores, metas e políticas para acompanhamento do percurso do aluno e combate a evasão escolar?

A Instituição possui controles efetivos para avaliar as causas e possibilidades de desligamento antecipado do aluno para agir de forma tempestiva?

A instituição mantém controles periódicos que avaliam a causas e elabora relatórios gerenciais para auxiliar nas ações de combate a evasão?

A Instituição possui avaliação e/ou indicadores que demonstrem com efetividade que os benefícios concedidos pela assistência estudantil estão auxiliando na permanência e êxito dos estudantes do IFSC?

POR QUE A AUDIN REALIZOU ESSE TRABALHO?

A escolha dos temas a serem auditados é realizada durante a construção do Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna (PAINT), onde é estabelecida uma relação de temas auditáveis que são avaliados por meio da matriz de risco. Tal avaliação tem por base critérios considerados importantes para a auditoria, tais como: relevância, materialidade, criticidade e oportunidade. O tema “Percurso Acadêmico do Aluno” foi escolhido em virtude dos riscos inerentes aos processos, que foram pontuados no PAINT/2024 considerando os seguintes fatores: a relevância do processo na atividade finalística, a ausência de ações de auditoria no tema nos últimos 10 anos, dentre outros fatores pertinentes.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDIN? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Os trabalhos de auditoria identificaram que a Instituição precisa realizar ações imediatas no combate à evasão. Foram constatadas fragilidades que merecem atenção especial por parte dos gestores, isso porque os procedimentos de avaliação e monitoramento das ações de combate a evasão estão em estágio embrionário carecendo de um *start* imediato tanto para atender dispositivos legais quanto para aperfeiçoar os procedimentos que envolvem o acompanhamento do percurso acadêmico dos alunos.

Diante disso, foram emitidas, **dentre outras**, as seguintes recomendações para superação das inconsistências:

Desenvolver e implementar controles internos sistematizados para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações definidas no Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes (PEAPEE).

Definir e formalizar processos claros, fluxos de trabalho estruturados e cronogramas específicos para orientar a atuação das Comissões de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito (CAPE Local e CAPE Central).

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Audin	Auditoria Interna
CAPE	Comissão de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito
CEPE	Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão
CGU	Controladoria-Geral da União
CSIPE	Coordenação de Suporte Institucional a Permanência e Êxito do Estudante
IN	Instrução Normativa
MEC	Ministério da Educação
MP	Ministério do Planejamento
PAEVS	Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social
PAINT	Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna
PEAPEE	Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudante
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
TCU	Tribunal de Contas da União
SA	Solicitação de Auditoria

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
RESULTADOS DOS EXAMES.....	9
1. Fragilidade no acompanhamento das ações de combate a evasão escolar.....	9
2. Fragilidade na atuação das Comissões de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes.....	10
3. Inexistência de gerenciamento de riscos nos processos relacionadas a evasão escolar.....	12
4. Ausência de informações gerenciais sobre os benefícios trazidos pela assistência Estudantil.....	13
5. Necessidade de avanço no cumprimento das recomendações da auditoria interna.....	15
RECOMENDAÇÕES.....	19
CONCLUSÃO.....	21

INTRODUÇÃO

Controles eficientes para acompanhar o percurso acadêmico dos alunos são fundamentais para garantir a efetividade das políticas de acesso, permanência e êxito na educação. Monitorar o desempenho, a frequência e as necessidades específicas dos estudantes permite identificar precocemente dificuldades que possam comprometer seu desenvolvimento acadêmico. Isso possibilita a adoção de intervenções personalizadas, como reforço escolar, suporte psicossocial ou auxílio financeiro, contribuindo para a redução da evasão e o aumento das taxas de conclusão. Além disso, ferramentas de acompanhamento permitem que gestores avaliem continuamente a eficácia das políticas educacionais, ajustando estratégias conforme necessário para atender às demandas de diferentes contextos.

Na Rede Federal de Educação Profissional, na qual o IFSC se inclui, diversas ações são promovidas pelo Ministério da Educação (MEC). Dentre elas está a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que foi organizada para ampliar e garantir as condições de permanência e o êxito dos estudantes matriculados nas instituições federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica, com especial atenção aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O Tribunal de Contas da União (TCU), por sua vez, recentemente, publicou o Acórdão nº 986/2024, decorrente de trabalho de auditoria operacional onde avaliou as estratégias adotadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação e pelas instituições de ensino integrantes da Rede Federal para o enfrentamento da evasão de estudantes em relação às diretrizes de governança pública estabelecidas no Decreto nº 9.203/2017, em especial os processos de trabalho relacionados à permanência e ao êxito dos estudantes. Referido Acórdão recomendou diversas ações de aperfeiçoamento para fortalecer os controles e conseqüentemente aumentar o grau de eficiência de conclusão nos cursos ofertados pelos Institutos Federais.

Nesse contexto, e ciente dos benefícios que controles internos robustos são capazes de proporcionar na efetividade das iniciativas de combate a evasão, permanência e êxito dos alunos dos IFSC, a Auditoria Interna (Audin) realizou esta ação de auditoria que originou-se a

partir da aplicação de matriz de riscos que compôs o Planejamento Anual das Atividades de Auditoria Interna (PAINT/2024), tendo como principais fatores que elevaram o grau de risco: a relevância do processo nas atividades-meio e finalística do IFSC, a inexistência de ações de auditoria no tema nos últimos 10 anos.

Inicialmente a ação de auditoria havia sido planejada para avaliar os processos de acesso, permanência e êxito dos alunos, perfazendo todo o percurso acadêmico, contudo, devido a uma organização administrativa da Audin, com a saída de um Auditor para outro Órgão, os objetivos e escopo sofreram pequenas alterações.

O objetivo principal da ação foi avaliar os controles relacionados a permanência e êxito dos alunos e identificar os aspectos que necessitam ser aperfeiçoados. A abordagem adotada pela Audin objetivou responder, dentre outras questões secundárias, as seguintes questões de Auditoria:

- Existem objetivos, indicadores, metas e políticas para acompanhamento do percurso do aluno e combate a evasão escolar?
- A Instituição possui controles efetivos para avaliar as causas e possibilidades de desligamento antecipado do aluno para agir de forma tempestiva?
- A instituição mantém controles periódicos que avaliam a causas e elabora relatórios gerenciais para auxiliar nas ações de combate a evasão?
- A área auditada implementou a gestão de riscos dos seus processos, principalmente a gestão de riscos da evasão?
- A Instituição possui avaliação e/ou indicadores que demonstrem com efetividade que os benefícios concedidos pela assistência estudantil estão auxiliando na permanência e êxito dos estudantes do IFSC?
- A Instituição vem implementando as recomendações encaminhadas pela Auditoria Interna nos assuntos relacionados ao tema?

Para alcançar o objetivo proposto nesta ação, a Audin utilizou diversas técnicas de auditoria e realização de testes de controle, tendo como escopo, os planos, políticas e diretrizes estratégicas relacionados a permanência e êxito vigentes em 2024, gerenciamento de Riscos em processos de trabalho relacionados permanência e êxito vigentes em 2024 e os processos de trabalho relacionados ao tema vigentes em 2024.

As análises se deram com base nas entrevistas, informações e documentos disponibilizados pelos gestores dos departamentos de ensino através de respostas às solicitações de auditoria, sendo que nenhuma restrição foi imposta ao trabalho.

Esta ação de auditoria teve como principal finalidade fornecer uma avaliação imparcial e crítica da maturidade dos controles relacionados a permanência e êxito dos alunos, visando identificar áreas de conformidade, ineficiência, riscos e oportunidades de melhoria. Portanto, ao percorrer o relatório, recomendamos que os leitores estejam atentos aos principais achados, recomendações e conclusões apresentados. É importante considerar que as informações contidas aqui não apenas destacam problemas, mas também apontam caminhos para o aprimoramento das operações e práticas organizacionais.

RESULTADOS DOS EXAMES

1. Fragilidade no acompanhamento das ações de combate a evasão escolar

A evasão escolar é um desafio significativo enfrentado por sistemas educacionais em todo o mundo, mas pode ser mitigada por meio de ações integradas que abordem suas causas principais.

Nesse contexto, o MEC criou a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que desempenha um papel fundamental na prevenção da evasão escolar ao oferecer uma gama de benefícios como auxílio financeiro, moradia estudantil, alimentação e outras modalidades de apoio.

No IFSC, em 2018 foi aprovado o Plano Estratégico de Permanência e Êxito e recentemente atualizado em 2024 pela Resolução Consup nº 98 que aprovou o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento À Evasão Escolar. Em ambos documentos, ficou definido a necessidade de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações.

Contudo, embora tenha ficado explícito a necessidade de avaliação e monitoramento, nossas análises mostraram que esse processo ainda está em fase embrionária. Isso porque, solicitamos através da Solicitação de Auditoria (SA) nº 07 a apresentação de controles internos utilizados para identificar o desligamento antecipado dos estudantes, pedimos que apresentassem as principais causas de evasão e as ações que o IFSC vem adotando para combater essas causas preventivamente.

A resposta apresentou as causas e ações no sentido orientativo que a reitoria vem adotando, porém, não apresentou controles efetivos e processos sistematizados de avaliação e monitoramento do plano estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC.

A fragilidade no acompanhamento das ações de combate à evasão escolar muitas vezes está relacionada à ineficiência dos controles internos, que incluem falhas na identificação precoce dos alunos em risco, falta de integração entre os setores responsáveis e ausência de monitoramento contínuo das estratégias implementadas. Além disso, a falta

de capacitação de profissionais para lidar com a complexidade do problema e a dificuldade em alocar recursos adequados comprometem a efetividade das ações. Outro fator relevante é a carência de dados confiáveis e atualizados, que prejudica a tomada de decisões fundamentadas e dificulta a avaliação de impacto das medidas adotadas.

A ausência de avaliação e monitoramento contínuo das ações de combate à evasão escolar gera uma série de consequências negativas que comprometem a eficácia e a sustentabilidade dessas iniciativas. Sem avaliação, torna-se impossível identificar se as estratégias adotadas estão gerando resultados positivos ou se precisam de ajustes, levando à perpetuação de práticas ineficazes ou inadequadas. A falta de monitoramento impede a detecção precoce de falhas e a adaptação das ações às necessidades reais dos alunos. Além disso, a ausência de avaliação periódica dificulta a elaboração de políticas públicas baseadas em evidências, comprometendo a capacidade de enfrentar a evasão escolar de forma estratégica e integrada.

Diante disso, não resta dúvida que é necessário sistematizar um processo de avaliação e monitoramento das ações que compõem o acesso, a permanência e êxito dos alunos do IFSC.

2. Fragilidade na atuação das Comissões de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito dos Estudantes

A criação de comissões locais de acompanhamento da implementação do plano estratégico de permanência e êxito em uma instituição pública multicampi é fundamental para garantir que as ações planejadas sejam efetivamente executadas e adaptadas às especificidades de cada campus. Essa comissão atua como um elo entre a reitoria e os *campi*, promovendo a integração das políticas institucionais com as necessidades locais. Além disso, possibilita um monitoramento contínuo, identifica obstáculos, propõe soluções e assegura que as estratégias adotadas estejam alinhadas com os objetivos de inclusão, qualidade educacional e redução da evasão. A presença dessa comissão também estimula a participação da comunidade acadêmica no processo de tomada de decisões, fortalecendo a gestão democrática e a construção coletiva de um ambiente educacional mais equitativo e sustentável.

No IFSC, em 2018, quando foi aprovado o primeiro Plano Estratégico de Permanência e Êxito, o documento já previa a criação das Comissões de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito locais (CAPE Local) em cada campus, e a CAPE central, no âmbito da Reitoria. As comissões teriam, dentre outras atribuições, monitorar as ações implantadas, verificando sua eficácia e a necessidade de ajustes. Da mesma forma, em 2024, com a aprovação do novo PEAPEE foi prevista a instituição de comissões locais dedicada a diagnosticar e compreender a realidade local em suas múltiplas perspectivas, além da comissão central, que visa coordenar a execução do PEAPEE-IFSC.

Contudo, essas comissões foram instituídas em todos os *campi* somente em 2023, 5 anos depois da sua previsão de criação, e a CAPE central em 12 de abril de 2024, com a publicação da portaria do Reitor nº 1159.

Em relatório de articulação disponibilizado pela Coordenação de Suporte Institucional a Permanência e Êxito do Estudante (CSIPE), vinculado a Diretoria de estatística e Informações Acadêmicas que tem por objetivo mobilizar, dar suporte e acompanhar os trabalhos das CAPEs-Local em parceria CAPE-Central, em 2023 existia apenas as CAPEs Locais nos campus Canoinhas, Chapecó, Florianópolis, Garopaba, Gaspar, Lages, São Carlos, Tubarão e Urupema.

Solicitamos por meio da SA 08, os relatórios, atas e demais documentos produzidos pelas comissões e nada objetivo foi apresentado, apenas os relatórios produzidos pela CSIPE, levando a conclusão que não houve atuação efetiva dessas comissões.

A ausência de atuação efetiva das comissões locais de acompanhamento da implementação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito pode ser atribuída a diversos fatores. Entre as principais causas estão a falta de capacitação adequada dos membros para compreender e aplicar as diretrizes do Plano, o acúmulo de funções pelos servidores designados, que muitas vezes têm outras responsabilidades prioritárias, e a escassez de recursos financeiros e humanos para a execução das atividades planejadas. Além disso, pode haver falta de engajamento ou interesse por parte da comunidade acadêmica.

A ineficiência dessas comissões compromete a implementação das políticas institucionais, em especial a de Permanência e Êxito, comprometendo conseqüentemente, a eficácia das ações de combate a evasão e a diminuição dos índices de eficiência acadêmica.

Portanto, para assegurar a eficiência do PEAPPEE, é fundamental sistematizar a atuação dessas comissões, estabelecendo processos claros, fluxos de trabalho bem definidos e cronogramas precisos que orientem a entrega de resultados e o cumprimento de suas atribuições de forma organizada e eficaz.

3. Inexistência de gerenciamento de riscos nos processos relacionadas a evasão escolar

O gerenciamento de riscos nos processos de combate à evasão escolar é fundamental para garantir que as ações adotadas sejam eficazes e sustentáveis. Identificar e analisar os riscos envolvidos, como fatores socioeconômicos, culturais, falta de infraestrutura ou problemas emocionais dos alunos, permite que a Instituição desenvolva estratégias direcionadas para minimizar esses obstáculos.

De maneira geral, a gestão de riscos passou a ser efetivamente cobrada com a publicação da IN conjunta MP/CGU nº 01/2016, que obrigou os órgãos e entidades do Poder Executivo federal implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos. Dessa forma, os órgãos deveriam elaborar uma política de gestão de riscos, que o IFSC já aprovou, e o próximo passo seria realizar o mapeamento de todos os processos de cada setor seguido da identificação, avaliação, resposta e monitoramento dos riscos.

O Decreto nº 9.203/2017, em seu artigo 17, disciplina que a alta administração das organizações da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá estabelecer, manter, monitorar e aprimorar sistema de gestão de riscos e controles internos com vistas à identificação, à avaliação, ao tratamento, ao monitoramento e à análise crítica de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos da organização no cumprimento da sua missão institucional

Todavia, no IFSC, embora exista uma política de gestão de riscos aprovada, o mapeamento de processos e gerenciamento de riscos de cada departamento ainda está em fase embrionária. Solicitamos por meio da SA nº 07 o gerenciamento de risco dos processos que envolvem a evasão escolar e nos foi apresentado somente trecho do Relatório Anual de Monitoramento da Gestão de Riscos do IFSC – 2023 o qual apenas identifica os riscos de 4 processos estratégicos.

Porém, gerenciamento de riscos é muito maior que isso, ele tem início com o mapeamento dos processos, fluxogramas, manuais para então identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos de cada processo, o que poderia ser iniciado nos processos geridos pela Coordenação de Suporte Institucional a Permanência e Êxito do Estudante.

As causas dessa constatação estão ligadas frequentemente a falhas estruturais e culturais dentro da Instituição, sendo a principal, a falta de conscientização ou entendimento da importância do gerenciamento de riscos por parte dos servidores e dos gestores. Outra causa significativa pode ser a falta de recursos, sejam eles financeiros, tecnológicos ou humanos, dedicados ao gerenciamento de riscos, muitas vezes, limitações orçamentárias ou escassez de pessoal qualificado, dificultando a implementação de práticas eficazes de gestão de riscos.

Essa ausência de gerenciamento de riscos pode levar a uma série de problemas. Primeiramente, sem uma análise estruturada dos riscos, os processos podem ficar vulneráveis a erros e até mesmo, fraudes, corrupção e má administração dos recursos públicos. A falta de procedimentos claros para identificar, avaliar e mitigar riscos pode resultar em falhas nas ações preventivas de combate à evasão.

Diante desse contexto, para garantir a integridade e a eficiência dos processos de acompanhamento do aluno, é essencial que a Instituição adote práticas robustas de gerenciamento de riscos.

4. Ausência de informações gerenciais sobre os benefícios trazidos pela assistência estudantil

Ter informações gerenciais sobre os benefícios da assistência estudantil é uma das ferramentas essenciais para garantir a eficácia e a transparência das políticas voltadas ao apoio de estudantes em situação de vulnerabilidade. Eles permite o monitoramento dos recursos alocados, a avaliação dos impactos sociais e educacionais das ações realizadas e a identificação de áreas que necessitam de melhorias. Além disso, fornecem subsídios para a tomada de decisões estratégicas, ajudando a ampliar o alcance das iniciativas e a promover a equidade no ambiente acadêmico. Com dados precisos e bem estruturados, gestores conseguem justificar investimentos, aprimorar programas existentes e assegurar que os

benefícios da assistência estudantil contribuam diretamente para o desempenho e a permanência dos estudantes.

Nesse contexto, o Decreto nº 7.234/2010 definiu em seu artigo 5º que as Instituições Federais de Ensino deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

A Resolução CEPE/IFSC nº 01/2010, republicada em 2014, que regulamentou a assistência estudantil do IFSC, disciplinou no seu artigo 16 que a avaliação deve estar presente em todo o processo de implementação dos programas de Assistência Estudantil, tendo como finalidade principal monitorar a execução das ações, bem como a adequação dos meios e recursos utilizados, devendo verificar a contribuição para o aumento da permanência e êxito dos estudantes atendidos pelos Programas de Atendimento Universal e pelos Programas de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social.

E ainda, a Audin do IFSC, em 2017, constatou no [Relatório Gerencial de Auditoria nº 004/2017](#) que não foram encontrados estudos sobre a evolução das taxas de sucesso e evasão entre os estudantes assistidos pelo Programa, itens de extrema relevância para fins de comprovação da eficiência na utilização dos recursos públicos empregados. Em 2021, no [Relatório nº 02/2021](#), a Audin novamente constatou a ausência de mecanismos de acompanhamento e de avaliação do PNAES. Em ambos relatórios foi recomendado a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação dos benefícios trazidos pela assistência estudantil.

No entanto, nossas análises revelaram que, embora tenha havido um avanço com a criação de indicadores como o percentual de evasão dos alunos que recebem auxílios financeiros no âmbito do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS), não existem relatórios gerenciais com avaliações qualitativas e os benefícios trazidos pelas ações de assistência estudantil no combate à evasão escolar. Ao solicitar esses relatórios por meio da SA 08, a gestão informou que tem disponibilizado o Relatório Anual de Gestão, que na verdade traz principalmente informações quantitativas e orçamentárias.

A ausência de informações gerenciais sobre os benefícios da assistência estudantil pode ser causada por fatores como a falta de sistemas adequados para coleta e análise de dados, capacitação insuficiente das equipes, descentralização das informações, foco limitado na avaliação de impacto, restrições orçamentárias e uma cultura institucional pouco

orientada a dados. Esses desafios dificultam o monitoramento e a avaliação dos resultados, evidenciando a necessidade de investir em tecnologia, qualificação profissional e práticas estratégicas de gestão.

Como consequências dessa fragilidade na avaliação gerencial destacamos a dificuldade em avaliar a eficácia das políticas e programas, o uso ineficiente de recursos, a falta de transparência na gestão, a limitação na identificação de necessidades reais dos estudantes. Além disso, compromete a tomada de decisões estratégicas, reduzindo o impacto positivo da assistência estudantil e prejudicando a permanência e o desempenho acadêmico dos estudantes mais vulneráveis.

Portanto, é essencial realizar estudos mais aprofundados em cada campus, com a produção de relatórios detalhados de monitoramento e avaliação. Esses documentos devem servir como ferramentas estratégicas para subsidiar o Comitê de Assistência Estudantil na tomada de decisões e no planejamento de ações futuras.

5. Necessidade de avanço no cumprimento das recomendações da auditoria interna

Atender às recomendações da auditoria interna é fundamental para fortalecer a governança e a transparência organizacional, além de garantir a conformidade com normas e regulamentos. Essas recomendações também oferecem *insights* valiosos para identificar riscos, corrigir falhas operacionais e aprimorar processos, promovendo maior eficiência e segurança na gestão de recursos. Além disso, ao implementar as orientações da Auditoria, a instituição demonstra comprometimento com a melhoria contínua e reduz a probabilidade de problemas futuros que possam comprometer seus objetivos estratégicos.

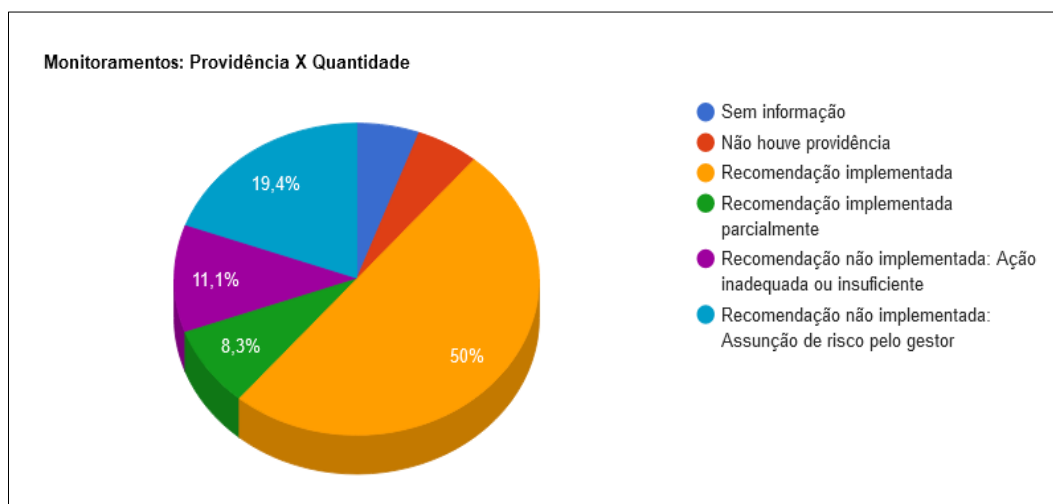
No IFSC, está previsto no regimento da Auditoria Interna o monitoramento periódico das recomendações que tem por objetivo verificar se as medidas implementadas pela Unidade Auditada estão de acordo com as recomendações expedidas e se foram suficientes para solucionar a situação apontada como inadequada frente aos critérios adotados no trabalho de auditoria.

A IN IFSC nº 08/2024 que dispõe sobre as diretrizes dos procedimentos de monitoramento das recomendações emitidas pela Auditoria define que é responsabilidade da Unidade Auditada zelar pela adequada implementação das recomendações expedidas

pela Audin, no prazo estabelecido em relatório, cabendo-lhe aceitar formalmente os riscos associados caso decida atender apenas parcialmente ou não atender nenhuma recomendação.

Contudo, nossas análises constataram que apenas 50% das recomendações expedidas à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) foram completamente implementadas, conforme gráfico abaixo. As recomendações referem-se aos relatórios: 004/2017 – Assistência Estudantil, 004/2018, - Planos Pedagógicos do Curso, 006/2019 – Registro Acadêmico, 002/2021 – Assistência Estudantil e 006/2022 – Processo de Ingresso.

Destaca-se que quase 20% das recomendações foram encerradas sem a adoção de providências, o que implica, de forma tácita, que o gestor optou por assumir o risco de não implementá-las.



A não implementação das recomendações da auditoria interna pode ser causada por limitações de recursos, prioridades conflitantes, resistência à mudança, comunicação inadequada, prazos inviáveis ou decisões deliberadas dos gestores ao assumirem os riscos envolvidos.

O não atendimento das recomendações pode ter como consequência a manutenção de falhas e ineficiências nos processos, aumento de riscos operacionais, desperdício de recursos públicos e comprometimento da transparência. Além disso, a negligência das recomendações pode enfraquecer a governança e expor a organização a penalidades legais ou regulatórias.

Sendo assim, não resta dúvida que atender às recomendações da auditoria interna é essencial para garantir a eficiência, a transparência e a integridade da gestão

pública. Sua implementação contribui para a correção de falhas, a mitigação de riscos e o uso mais responsável dos recursos públicos, fortalecendo a governança institucional. Ao priorizar essas recomendações, gestores não apenas evitam consequências negativas, como desperdícios e penalidades, mas também promovem uma administração mais alinhada aos princípios da administração pública e a melhoria contínua dos processos.

RECOMENDAÇÕES

1 – Recomenda-se que a Instituição desenvolva e implemente controles internos sistematizados para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações definidas no PEAPEE. Esses controles devem incluir processos claros para identificar estudantes em risco de desligamento antecipado, mapear as causas da evasão e mensurar a eficácia das ações adotadas.

Achado n° 1

Prazo: 30/06/2025

2 – Recomenda-se a definição e formalização de processos claros, fluxos de trabalho estruturados e cronogramas específicos para orientar a atuação das Comissões de Acompanhamento das Ações de Permanência e Êxito (CAPE Local e CAPE Central). Esses elementos devem incluir metas e prazos definidos para a entrega de relatórios, realização de reuniões periódicas e acompanhamento das ações planejadas no PEAPEE.

Achado n° 2

Prazo: 30/06/2025

3 – Realizar o mapeamento completo (fluxograma, detalhamento das atividades e homologação) dos processos que envolvem as CAPEs e a CSIPE passando a adotar práticas de gestão de riscos.

Achado n° 3

Prazo: 30/09/2025

CONCLUSÃO

Este trabalho de auditoria proporcionou uma visão abrangente das ações de combate a evasão no IFSC. Identificamos fragilidades que merecem uma atenção especial por parte dos gestores, isso porque os procedimentos de avaliação e monitoramento das ações de combate a evasão estão em estágio embrionário carecendo de um *start* imediato tanto para atender dispositivos legais quanto para aperfeiçoar os procedimentos que envolvem o acompanhamento do percurso acadêmico dos alunos.

Para atender ao objetivo da ação, a Audin definiu algumas questões de auditoria que são respondidas a seguir.

A primeira questão buscou verificar se existem objetivos, indicadores, metas e políticas para acompanhamento do percurso do aluno e combate à evasão escolar. As análises mostraram que sim, existe o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC com objetivos e metas alinhados ao Plano de Desenvolvimento Institucional, além de indicadores de evasão, sucesso, entre outros.

A segunda questão buscou responder se a Instituição dispõe de controles eficazes para identificar as causas e possibilidades de desligamento antecipado dos alunos, permitindo ações tempestivas. As análises indicaram a ausência de processos ou procedimentos sistematizados voltados para a prevenção das causas da evasão.

Outra questão buscou avaliar se a Instituição mantém controles periódicos para identificar as causas da evasão e elabora relatórios gerenciais destinados a subsidiar ações de combate ao problema. Nesse contexto, constatou-se que as comissões locais e a comissão central, que possuem essas atribuições definidas no PEAPEE-IFSC, não têm atuado de forma efetiva como esperado.

O gerenciamento de risco também foi objeto de análise e verificou-se que não é realizado nos processos que envolvem ações de combate à evasão e, nem ao menos, na Coordenação de Suporte Institucional a Permanência e Êxito do Estudante.

Avaliação e monitoramento periódico que demonstrem a efetividade dos benefícios concedidos pela assistência estudantil no combate a evasão também foram analisados. Os estudos reafirmaram a ausência de avaliações regulares que mensurem o impacto da

assistência estudantil nesse contexto. Esse problema já havia sido apontado pela Audin nos anos de 2017 e 2021, com a emissão de recomendações para corrigir as fragilidades identificadas. No entanto, até a data de realização deste trabalho, a situação permanece inalterada, evidenciando a necessidade urgente de ações para sanar essa lacuna.

Por fim, foi verificado se a Instituição, mais precisamente a PROEN, vem implementando as recomendações encaminhadas pela Auditoria Interna. As análises mostraram que é preciso avançar, isso porque, apenas 50% das recomendações foram atendidas.

Atender às recomendações da auditoria interna governamental é uma responsabilidade fundamental dos gestores, pois garante a eficiência, a transparência e a integridade da gestão pública. A implementação dessas recomendações reflete o compromisso dos líderes em corrigir falhas, mitigar riscos e otimizar o uso dos recursos públicos, fortalecendo a governança da instituição. Ao negligenciá-las, os gestores assumem riscos que podem resultar em desperdícios, ineficiências e prejuízos e até sanções.

Diante dessas fragilidades apontadas, as principais causas que podemos destacar é a sobrecarga de trabalho alinhado a cultura organizacional de se preocupar com aspectos operacionais e deixar de lado a criação de controles preventivos e as ações de avaliação e monitoramento dos resultados. Em decorrência disso, os processos podem se tornar desorganizados, resultando em baixa efetividade das ações de combate à evasão escolar.

Sendo assim, concluímos que é imprescindível adotar medidas imediatas para fortalecer os controles preventivos, bem como implementar avaliações e monitoramentos periódicos das ações voltadas ao enfrentamento da evasão escolar. É fundamental que as CAPEs, tanto locais quanto a central, assumam um papel mais ativo, promovendo análises consistentes que sirvam de base para o planejamento estratégico das ações de combate a evasão.

Esta auditoria ofereceu uma avaliação imparcial em conformidade com as melhores práticas e normas emanadas pelas entidades reguladoras, visando a evolução positiva das ações de combate a evasão na Instituição. O trabalho foi realizado em consonância com nosso compromisso de apoio contínuo à instituição, sendo que nos colocamos à disposição para fornecer esclarecimentos adicionais e colaborar no processo de implementação das recomendações apresentadas.